

OS SQUATTS/OKUPAS ANARCOPUNKS NO BRASIL: TERRITÓRIOS DE CRIAÇÃO E (CON)VIVÊNCIA DA CULTURA E SOCIABILIDADE LIBERTÁRIA

*ANARCOPUNKS SQUATTS/OKUPAS IN BRAZIL: TERRITORIES OF
CREATION AND (CON)EXPERIENCE OF LIBERTARIAN CULTURE AND
SOCIABILITY*

Rodolpho Jordano Netto

Universidade Federal Fluminense

Resumo. Este artigo analisa, a partir de uma metodologia da pesquisa militante, os okupas/squatts anarcopunks 171, Viúva Negra e Pandemia, localizadas no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, como territórios dissidentes que possibilitam a criação e (con)vivência da cultura libertária. Averiguamos também que estas okupas possibilitam formas de habitação nas cidades que superam a lógica burguesa, em que predomina a separação tanto entre público e privado quanto entre o político e o social. Isso se dá a partir da transformação da casa, espaço privado por excelência, em centros sociais. Além disso, suas existências colocam em questionamento a racionalidade liberal de produção do espaço urbano, que vê e constrói a cidade dentro de uma lógica espetacular de acumulação, produção e reprodução do capital, em que o valor de troca é sobreposto ao valor de uso do espaço.

Palavras-chave. Anarcopunk; territórios dissidentes; squats/okupas, novos movimentos sociais.

Abstract. This article analyzes, from a methodology of militant research, the okupas/squatts anarcopunks 171, Black Widow and Pandemic, located in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, as dissident territories that enable the creation and (con)experience of the libertarian culture. We also verified that these okupas enable forms of housing in the cities that overcome the bourgeois logic, in which predominates the separation between public and private as well as between the political and the social. This happens from the transformation of the house, private space par excellence, into social centers. Moreover, their existence calls into question the liberal rationality of urban space production, which sees and builds the city within a spectacular logic of capital accumulation, production, and reproduction, in which exchange value is superimposed over the use value of space.

Keywords. Anarcopunk; dissident territories; squats/okupas, newest social movements.

Introdução

Os movimentos squatter/okupas, nascidos na Europa em meados dos anos 60, no fervor dos movimentos de contracultura dessa década, chegam no território latino-americano nos anos 90, do século passado, atrelados ao movimento anarcopunk (RUDY, 2019). O movimento squatter, junto aos de luta por moradia, têm como objetivo a ocupação de casas, prédios, galpões e fábricas fechadas e/ou abandonadas, muitas vezes associadas aos processos de especulação imobiliária, decorrentes da produção capitalista do espaço urbano (CARLOS et al. 2015; DAMIANI, 2017). Diferente da luta por moradia – como Movimento dos Trabalhadores Sem-teto e Frente de Luta por Moradia – os squatts/okupas não têm como único objetivo a habitação, mas também a construção de um espaço contracultural, de (con)vivência e criação da cultura libertária, uma vez que se propõem a organizar grupos de estudos, shows, cine-debates e feiras vinculadas às práticas anarquistas e punks.

Se torna necessário, antes de mais nada, explanarmos o que consideramos como movimento anarcopunk, pois além de parte essencial de nossa pesquisa é intrínseco ao movimento squatt/okupa na América Latina, como já dito. O anarcopunk surge no seio de outro movimento juvenil, o movimento punk, como cisão de duas práticas radicais, prática e pensamento anarquista e a contracultura punk, se tornando assim uma microcultura dentro dos dois movimentos supracitados (BASTOS, 2005). Como apontado por Gordon (2015) e Nécio Turra Neto (2002), baseados nas discussões sobre o conceito de cultura de Geertz, o punk, assim como o anarcopunk, é um contexto cultural mais micro, “(...) construído no turbilhão da urbanidade e ao qual se escolhe pertencer (...)” (NETO, 2002 p.41). Para Uri Gordon, não se pode falar de movimento anarquista contemporâneo sem se referir também ao movimento anarcopunk, pois, segundo ele, este tem sido uma importante “incubadora” para anarquistas durante o final do século passado e começo do século XXI (GORDON, 2005). O punk, e posteriormente o anarcopunk de forma mais ativa e militante, foi e ainda é um grito de guerra que marcou o rompimento com as tecnologias disciplinares, anunciando assim, uma rebeldia na vida cotidiana contra os governos e contra o capital na sociedade de controle (AUGUSTO, 2011)

Dito isso, vemos esses territórios - squatts/okupas anarcopunks - como *territórios dissidentes* ligados às práticas de *ação direta* que possibilitam um grupo de pessoas a reconquistar um espaço de vivência coletiva retirado pelo poder heterônimo (SANCHES-PINILLA et al., 2010). A ação direta, dentro de uma concepção anarquista, é uma atitude

antirrepresentativa, vinculada às práticas de autogestão e, historicamente, ao federalismo político e ao mutualismo econômico de Proudhon. Destacamos, por exemplo, as ações de greve dos sindicalistas revolucionários no século XIX e os atos de sabotagem e as ações de anarco-insurrecionalistas. Dessa forma, o termo “ação direta” está vinculado também a uma dimensão ético-política do combate a representação e não somente à autogestão, como uma análise estritamente econômica tende geralmente, a reduzi-la. (NU-SOL, 2010).

Como observamos, a mera existência desses espaços colocam em evidência as relações políticas e de poder relacionadas à produção capitalista do espaço e à racionalidade liberal (PASSETTI *et al.* 2019) como ideologia e suas materialidades que permeiam o espaço urbano.

Nossa escala de análise nano territorial – o espaço de uma rua, uma casa, um prédio – difere de outras ações e análises sobre movimentos sociais, ativismo radicais entre outros, que geralmente tratam de escalas maiores como bairros, cidades, países e até escalas mundiais. Acreditamos que essa escala nos permite entendê-los e analisá-los como uma oportunidade de mudança da situação pessoal dos squatters, tanto numa perspectiva de rebelião, subversão e transformação (não só simbólica) contra as estruturas, como também, em relação a oportunidade de emancipação pessoal e coletiva (SANCHES-PINILLA *et al.*, 2010). Falar dos squatters/okupas é também falar da politização e decolonização¹ da vida cotidiana, um cenário de ativismo contínuo e convivial que tem a pretensão de pôr em marcha estratégias cotidianas como formas de ação e/ou práticas que adotam uma dimensão vivencial e política (*Idem*).

Portanto, focaremos nossas análises nos squatts/okupas 171 (Pelotas – RS), Pandemia (Porto Alegre – RS), Viúva Negra (Nova Hamburgo – RS). Apesar de se localizarem em cidades diferentes, suas ferramentas de luta, suas formas de politização do cotidiano e criação de políticas *prefigurativa* (GORDON, 2015) e a vivencia/sociabilidade de uma cultura libertária trazem construções e contextos similares.

A relação do autor com as okupas/squatts analisados, se deu através de diversas visitas as okupas como também em nossa participação na rede de solidariedade e apoio mútuo para com estas. Dito isso, esta pesquisa se baseou numa perspectiva de análise chamada “pesquisa

¹ Como veremos mais adiante, a decolonização da vida cotidiana é uma prática de reinvenção da vida cotidiana não espetacularizada e não reprodutora do status quo moderno colonial, como nos é apontado por Porto-Gonçalves (2006)

“militante” (MILITANT RESEARCH COLLECT, 2013 s/p). Essa metodologia vai para além de uma observação participante, envolvendo, a participação ativa e comprometida do pesquisador na atividade política de seus sujeitos, assumindo um papel nas ações e compartilhando os objetivos, as estratégias e a experiência de seus companheiros devido às suas convicções pessoais e não meramente por conveniência para se obter dados (MILITANT RESEARCH COLLECTIVE, 2013 s/p). Segundo Bringel e Varella (2014), a pesquisa militante se dá como um espaço de produção do conhecimento orientado para a ação transformadora, articulando pesquisadores, movimentos sociais e organizações políticas, em espaços formais e não formais de ensino, pesquisa e extensão. Segundo eles, essa metodologia de pesquisa está presente de maneira contínua na América Latina, “(...) possuindo, em suas variadas configurações geográficas e históricas, diferentes contornos, matrizes político-ideológicas, contextos de ação e possibilidades” (BRINGEL & VARELLA, 2014 s/p).

Squattas/Okupas anarcopunks e a (re)produção capitalista do espaço: Territórios e territorialidades dissidentes de um crítica à normatização da vida cotidiana.

Os squatts/okupas anarcopunks nos proporcionam um olhar a partir de uma escala nano de processo sócio-territoriais macros, como os de produção e reprodução capitalista do espaço urbano (LEFEBVRE, 2006) e suas implicações no nível pessoal da vida cotidiana dos indivíduos. Além disso, a análise de novíssimos movimentos sociais (DAY, 2016), como também os nem tão novos assim, vem proporcionando um escopo teórico e metodologia às ciências humanas para além dos processos de acumulação econômica do capital, dando a oportunidade de pensar outras formas e concepções da cidade, vide a importante publicação em 2012 da Revista Cidades Número 15 Volume 9, sobre o pensamento e a práxis libertárias, e sua variedade de artigos sobre diversos assuntos e formas metodológicas de análises (GEU, 2012).

Antes de continuarmos, se faz necessário apontarmos as abordagens de território, territorialização e territorialidades, que nos dão arcabouço teórico para entender os movimentos aqui estudado. Para Rogério Haesbaert, o conceito de território se refere em qualquer acepção ao poder, mas não apenas ao poder político, “Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2014 p.57). O território é, portanto, a expressão espacial do poder, sendo este último entendido como uma dimensão das relações sociais, ou seja, de forma resumida, o que define o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e nesse sentido, a

dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil, podendo ser configurado a partir da sobreposição de diversas relações de poder, “(...) do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (...)” (HAESBAERT, 2004 p.79). Segundo Marcos A. Saquet, “o território resulta do movimento constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização, contendo (i)materialidades do pensamento e dos demais aspectos da realidade (...)” (SAQUET, 2015 p.58). Para Rogério Haesbaert, a territorialização do espaço ocorre pelos processos de apropriação, seja ela concreta ou simbólica (HAESBAERT, 2015 p.100). Constitui, portanto, uma ação de “criação” de territórios. Segundo Saquet:

As territorialidades (econômicas, políticas e culturais) são simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território num movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização: as relações sociais, as apropriações e as demais práticas espaço-temporais, ou seja, as territorialidades determinam cada território, influenciando, ao mesmo tempo, a sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo (SAQUET, 2015 p.45).

A territorialidade não é apenas algo abstrato, ela é também “(...) uma dimensão imaterial, no sentido que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural (...)” (HAESBAERT, 2014 p.64), ainda que o território não se encontre manifestado concretamente. Essa estratégia político cultural é bastante notada nas próprias fachadas da okupas aqui analisadas, existindo diversos grafites, bandeiras e formas de ocupação cultural da própria calçada do território ocupado.

A territorialização é, por tanto, uma “(...) dinâmica concreta de domínio e/ou apropriação do espaço (em termos lefebvreano) pelo exercício do poder” (HAESBAERT, 2014 p.105), logo, falar de lógicas de ordenamento do espaço significa também trabalhar com as relações espaço/poder, ou seja, implica falar em processos (concretos) de territorialização (HAESBAERT, 2014). Resumindo, de maneira bastante simplificada, as territorializações estão para a constituição de territórios, como as territorialidades se dão por e a partir dessa constituição. Feito essa definição podemos voltar ao assunto anteriormente abordado.

Como apontamos anteriormente, os squatters/okupas surgem na década de 60 na Europa, só tendo uma expressividade contundente na América Latina nos anos 80. No Brasil eles aparecem nos anos 90 (RUDY, 2019). Esses movimentos surgem como uma prática

espacial insurgente (SOUZA, 2013) frente aos processos de produção capitalista do espaço, o qual, em suas formas de (re)produção do urbano cria, também, espaços ociosos “(...) apenas para que se valorizem e possam ser vendidos num momento de bom preço” (GABEIRA, 1986 p.22). Como aponta Brandão (1986), o aluguel e/ou a venda de imóveis segue uma tabela de preços de acordo com a idade de construção. As construções mais antigas possuem tetos de preços que não podem ser ultrapassados, geralmente, preços que não estão de acordo com os interesses do mercado imobiliário. Em decorrência disso, alguns imóveis são abandonados, na espera da decadência e, conseqüentemente, sua demolição (BRANDÃO, 1986). Outros processos também ligados à especulação imobiliária e à reprodução capitalista do espaço são a revalorização e refuncionalização, criando dentro de um espaço-tempo curto ou longo procedimentos de exclusão de uma parte da população residente nesse, através do investimento dirigido por parte de alguns agentes espaciais (CORRÊA, 2013) a uma determinada classe socioeconômica, criando assim a impossibilidade de uma parcela da população de renda abaixo da que está sendo privilegiada de permanecer habitando o espaço que anteriormente ocupava (SOUZA, 2000, 2002 e 2013; TEXEIRA, 2018; RUDY, 2018). Nesses processos, diversos espaços são deixados ociosos, como já mencionado, ora para uma maior valorização do preço do imóvel/espaço, ora por conflitos entre proprietários – dívidas, espaços pertencentes ao Estado, brigas entre herdeiros entre outros. Nesses espaços ociosos serão aonde surgirão as ocupações de moradia, okupas e squatts.

O espaço onde hoje se encontra a Okupa 171, localizado em Pelotas, é uma antiga casa que era destinada para moradia estudantil, não tendo nunca cumprido esta função. A Okupa Pandemia existe em um espaço que era uma antiga lanchonete, na periferia de Porto Alegre, com pouca área construída e beirando um rio e como apontado por elas/eles, o terreno estava abandonado desde 2007. Já a Okupa Viúva Negra, localizada na cidade de Novo Hamburgo, ocupa uma antiga escola abandonada há mais ou menos 10 anos. Todos estes espaços onde hoje estão as okupas/squatts, foram abandonados à espera de uma valorização do valor do imóvel. O discurso contra a especulação imobiliária é bastante presente nas falas e textos publicados pelas okupas aqui estudadas, demonstrando uma consciência dos processos sócio-espaciais citadinos muito coerente e crítico, como fica explícito na fala do coletivo da Okupa Viúva Negra,

“(...) o poder que se diz público só se interessa pelas casas quando são mansões de ricos, mas quando se trata de um prédio de uso social, só guardam o dia que a especulação imobiliária vai pagar um bom preço pra contar as

árvores nativas que aqui se desenvolvem e meter um prédio de dez andares em cima.” (OKUPA VIÚVA NEGRA, 2020²)

Dito isso, acreditamos que o tempo especializado, alienado, o ritmo linear do trabalho abstrato, remetem à alienação espacial, ou seja, à perda da qualidade do trabalho, em termos marxianos, e à qualidade espaço-temporal reduzida a espaço livre da mercadoria. De forma equivalente, no processo de (re)produção capitalista do espaço ocorre uma perda de espaços e tempos dos indivíduos, mergulhados numa generalizada mercantilização, que envolve todos seus espaços e tempos – de trabalho, de lazer, de vida (DAMIANI, 2017). Dessa maneira, o capital se realiza através da estratégia que torna o espaço um momento do processo produtivo e, como produção social, se realiza como parte do núcleo das formas de acumulação que sobre a configuração atual do capitalismo – financeiro – realiza-se através da reprodução do espaço urbano (CARLOS, 2015) e conseqüentemente da colonização da vida cotidiana (DAMIANI 2020).

Sendo assim, a produção do espaço é, ao mesmo tempo, um momento constitutivo da vida dos indivíduos e a efetivação das formas de acumulação e valorização, assim como condição de realização do capital. No espaço, isso significa que a orientação e as mudanças nas formas, estruturas e lugares trazem em si transformações no uso e acesso à cidade pelos sujeitos para além da esfera produtiva, produzindo cotidianamente a vida cotidiana (CARLOS, 2015).

Vemos em nossas análises, que os anarcopunks ao se territorializarem, em squats/okupas refuncionalizam/reutilizam/reestruturam (SOUZA, 2013) uma pequena parcela do espaço urbano heterônimo, proporcionando em suas formas (anti)políticas prefigurativas (GORDON, 2018), novos cotidianos e relações sociais, baseados em princípios da convivialidade, autonomia/autogestão, faça-você-mesma, igualdade e liberdade política, econômica e sociais, como salienta as/os anarcopunks da okupa 171, “No próprio dia-a-dia squatter, vamos desenvolvendo formas de viver a anarquia, na prática, na cotidianidade(…)” (Okupa 171, 2020). Essas experiências permitem que os anarcopunks saiam da lógica de (re)produção capitalista do espaço e suas implicações/(re)produções na vida cotidiana, dando um novo conteúdo simbólico e imaginativo ao espaço ocupado, ajustando o substrato material encontrado às novas funções e necessidades decorrentes de novas relações,

² Esta citação, como as próximas com o nome das Okupas como autor, foram retiradas dos textos escritos coletivamente por cada Squat/Okupa, respectivamente, para o zine 1 da Rede Anarcopunk Okupa e Resiste. Disponível em: <https://anarcopunk.org/imprensamarginal/2021/02/09/zine-r-a-o-r-rede-anarcopunk-okupa-y-resiste/> (acessado em março de 2021).

refuncionalizando/reestruturando o espaço material e ressignificando o lugar, alterando a imagem anterior e colocando em campo de batalha o discurso, o simbolismo e a cultura (SOUZA, 2013). As próprias fachadas das okupas já trazem uma paisagem de revolta e subversão, com grafites, desenhos e/ou bandeiras. O espaço que seria designado para um quarto, se torna uma biblioteca, um atelier de serigrafia. A sala se torna um espaço para aulas de circo, reuniões, grupos de estudos e cine debates. A lógica liberal de separação entre público e privado, de maneira na qual o público está para a política e o privado está para o pessoal (vide CASTRO, 2005), é, de certa maneira quebrada pela antipolitização da vida cotidiana facilitada pelo território ocupado, como veremos adiante.

Convivialidade e sociabilidade anarcopunk como antipolíticas prefigurativas nos squatts/okupas

O punk, assim como o anarcopunk, podem ser entendidos como um grupos de sociabilidade, onde os membros do grupo, pela convivência, criam uma relação onde se compartilha o mesmo gosto musical, vestem-se num mesmo estilo, discutem sobre o mundo, “...criam uma identidade própria que os diferencia de outros grupos que formam a sociedade” (NETO, 2003 pp.49). O anarcopunk a partir de sua configuração como uma forma de sociabilidade, juntamente com seu vínculo a práxis anarquista, acabam se tornando um movimento social, se aproximando das ideias de novíssimos movimentos sociais apontados por Richard Day (2016), vinculando sociabilidade, convivialidade e militância em seus cotidianos. Segundo Reguillo (2015) esses novos movimentos, no qual os squatts/okupas e o movimento anarcopunk estão inseridos, não se ajustam às tradicionais formas de se fazer política, não aderindo as “(...) caixas e programas da política formal” (idem, p.131). Para Arce (2015), essas formas de ação vêm abandonando um metadiscurso revolucionário e afirmam que sua diversidade e mediações na definição de novas identidades constroem novas formas de organização e novos cenários de conflitos (ARCE, 2015). Sendo assim, como as práticas libertárias não estão estagnada e passam por diversas mudanças frente às novas questões sociais que se colocam, o movimento squatter/okupa assim como o movimentos anarcopunk – ou para nós os squatts/okupas anarcopunks -, por terem uma forte influência das ideias e práticas anarquistas, também não ficaram estagnados a demandas, concepções e contextos políticos do século passado (século XX) (LÓPEZ, 2002). Pelo contrário, vão além dos limites e das possibilidades do reformismo liberal pois, além de não desacreditarem nas

tentativas de mudanças do *status quo*, não propõem um retorno às teorias e práticas da esquerda do século XIX e começo do XX, nem tão pouco da nova esquerda dos anos 60 e 80 (DAY, 2016). Como vemos nos squatts/okupas anarcopunks 171, Viuva Negra e Pandemia, a incorporação sempre de novos paradigmas políticos se dá de maneira atualizada e pautada em discussões dos movimentos sociais contemporâneos. Nos textos e conversas com as pessoas das okupas/squatts aqui abordados fica explícito as preocupações com a degradação ambiental, os debates sobre teoria *queer*, sobre segurança nos meios computo-informacionais além de todas as experiências fazerem partes de redes de economia solidária, um debate que vem crescendo no contexto latino-americano.

Uma concepção de “política” anarquista parte do princípio de autonomia e liberdade, dar-se a si mesmo suas leis, não sendo possível um indivíduo estritamente autônomo sem uma sociedade autônoma. A autonomia individual, refere-se à preservação da dignidade e das condições para que um indivíduo tome decisões livremente, de defender seus próprios interesses, pontos de vista e de expressar sua opinião em igualdade efetiva. A autonomia coletiva, pressuposto junto a autonomia individual para efetivação de uma antipolítica (AUGUSTO, 2018), remete diretamente à existência de formas de organização sociais que garantam, precisamente a igualdade efetiva de oportunidade, para a satisfação das necessidades, especialmente na participação dos processos decisórios concernentes à regulação da vida coletiva. Está última se fundamenta em instituições que sejam construídas de forma autônoma e democraticamente direta e horizontal, possibilitando a existência de indivíduos autônomos, livre e educados para a liberdade – respeitando tanto a sua quanto a dos outros (SOUZA, 2017). Para Pierre-Joseph Proudhon, dando um novo significado ao termo bastante vinculado a obra de Rousseau, o contrato social, numa efetivação da antipolítica, deveria ser o ato no qual todos os indivíduos de uma sociedade prometem sua inteligência, produtos, trabalho, etc., a seus semelhantes (PROUDHON, 2017 [1985]). Esse deve ser debatido livremente, individualmente consentido por todos os que dele participam, devendo aumentar o bem-estar e a liberdade dos indivíduos (*idem*). Sendo assim, a antipolítica é uma expressão radical da revolta e potência da cultura libertária, mostrando como há efeitos tanto de expansão e atualização dos anarquismos. As formas de ações políticas anarquistas se afastariam cada vez mais da luta não só pelo poder, mas também de uma disputa em direção à busca de influenciar as decisões de Estado, privilegiando a ação direta e de experimentações éticas “...de relações que efetivamente operam segundo a transformação que se quer para o presente e não projetada para o futuro” (AUGUSTO,

2018,p.9). Os ativismos e ações políticas anarquistas, como em nosso caso os squatts/okupas anarcopunks, recusam formas estratégicas de organização programática que busca conquistar uma hegemonia, se associando por afinidades, sendo assim, não apenas contra-hegemônicos, mas anti-hegemônicos, não buscando uma universalização de lutas (AUGUSTO, 2018).

Dito isso, a criação de uma política prefigurativa, ou seja, da ideia de que um movimento por uma transformação sócio-político cultural precisa necessariamente antecipar a sociedade desejada, os squatts/okupas existem em uma preocupação da politização da vida cotidiana e se desenvolvem articulando espaços públicos e privados com seus ativismos participativos (LOPÉZ, 2002; GORDON 2015). Como apontado pela Okupa Pandemia, “A manutenção e propagação de outras formas de viver o cotidiano também é um ideal” (Okupa Pandemia, Zine RAOR, 2020). Vemos que a antipolitização, através de sua territorialização possibilitam novas formas de sociabilidade, diferentes das propostas pelo circuito da sociabilidade normativa/normatizada, efetivando assim uma alternativa antagonista no presente, superando alguns convencionalismos que transpassam outros movimentos sociais (SÁNCHEZ-PINILLA et al. 2010). A sociabilidade libertária desenvolvida pelas/os anarcopunks nos territórios aqui estudados gera um modo de vida convivial, algo contrário a produtividade industrial, no qual substitui a produtividade pela convivialidade, um valor técnico por um valor ético, um valor material por um valor realizado. Uma sociedade convivial, como a construída pelos sujeitos aqui estudados, é o resultado de uma autonomia ampla, estendida a cada âmbito da vida social dos indivíduos de uma sociedade, ou micro-sociedade (ILLICH, 2011). Como apontado em entrevista pelo Okupa Pandemia, “Temos mais um espaço pra se encontrar, se olhar no olho e ver a chama da desobediência brilhar” (Okupa Pandemia, Zine RAOR, 2020). Como colocado pela Okupa 171, “De acordo com as vivências e as experiências que estas barricadas nos proporcionam, diariamente, com certeza podemos sentir na vivência as aptidões reais das individualidades, para se ter uma coletividade real” (Okupa 171, 2020). Essas colocações nos apontam para a importância da construção de um modo de vida convivial possibilitado pelos territórios das okupas, e como estes possibilitam a vivência de uma cultura libertária e anarcopunk no cotidiano.

Consideramos, portanto, que a politização da vida cotidiana cria de alguma maneira, uma cultura antipolítica, ou, no caso dos squatts/okupas anarcopunks, contracultura, referindo-se a um conjunto de princípios e orientações compartilhados sobre “fazer política”, possibilitado pela regularidade de interações que acabam estruturando expectativas mútuas

entre os participantes (GORDON, 2015). A (anti)politização da vida cotidiana e a construção de (anti)políticas préfigurativas nos squatts/okupas aqui analisados se dá desde a simples recusa ao trabalho formal, a coletivização do espaço de moradia, ateliers coletivos de produção de materiais anarcopunks, até reuniões coletivas para discutir a gestão de onde moram, ações de propaganda anárquica e desconstrução pessoal da cultura heterônoma/normativa. Além disso, todas as experiências abordadas mantêm/mantêm bibliotecas anarquistas, grupos de estudos e a realização de diversas atividades públicas de caráter libertário.

Conclusão

Como vimos os squatts/okupas protagonizados por anarcopunks, à partir da análise bibliográfica e das três experiências que temos como base, são espaços de vivência/prática da crítica e produção do espaço heterônomo, desde da simples ocupação até a gestão e coletivização do chamado “espaço privado”.

Acreditamos que a existência desses territórios dissidentes cria um espaço de possibilidade, aprofundamento e criação da cultura libertária e de antipolitização da vida cotidiana, possibilitando aos moradores e apoiadores/frequentadores a desconstrução da racionalidade liberal (vide PASSETTI et alli, 2018) em seus cotidianos e a construção de políticas préfigurativas a serem (con)vivenciadas no presente, rompendo o metadiscurso revolucionário de espera do futuro.

Vemos que a construção desse territórios possibilita um modo de vida convivial, saindo da lógica de sociabilidade heterônoma e moderno-colonizada das cidade contemporâneas. Além disso, a convivialidade também ajuda a manter a contracultura anarcopunk ativa e renovada, não estagnada a concepções de anarcopunk da década de 80 do século passado.

Achamos que com essas considerações começamos a abrir o diálogo acerca da importância das análises das experiências dos squatts/okupas e do movimento anarcopunk na América Latina e no mundo, e mais especificamente, em nosso caso, no território dominado pelo estado e capital brasileiro.

Bibliografia

AUGUSTO, Acácio. Penalização a céu aberto uma política planetária. In.: Revista Ecológica, número 4. São Paulo. 2012. p.84-101. Disponível em: www.pucsp.org/ecopolitica (acessado em março de 2017).

_____. Revolta e antipolítica em Bakunin. In.: Verve, 26: 157-173, 2014. NU-SOL. São Paulo. 2014.

_____. Política e Antipolítica: anarquia contemporânea, revolta e cultura libertária. Tese de Doutorado defendida na PUC-SP, 2013. Disponível em: academia.edu (acessando em junho de 2017)

_____. Antipolítica e nova política: o movimento antiglobalização, anarquia e os governos do Sul. Palestra proferida no I Congresso de Investigadorxs sobre anarquismo. Argentina. 2016. In.: academia.edu (acessando em 10/12/2017). 2018

_____. O Fogo da Antipolítica. Imprensa Marginal. São Paulo/Rio de Janeiro.

_____. Das canções que animam rebeldes: Uma nota sobre Redson, a banda Cólera e a emergência do anarco-punk. In.: Verve, 20 pp.136-141. São Paulo. 2011.

ARCE, José M. Valenzuela (coord.). El sistema es antinosostros. Gedisa. México. 2015.

BASTOS, Yuriallis Fernandes. Partidários do anarquismo, militantes da contracultura: Um estudo sobre a influência do anarquismo na produção cultural anarco-punk. In.: CAOS, N.9 pp. 284-433. Paraíba. 2005.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. O verde violentou o muro. Global. São Paulo. 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In.: A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, A.F.A, SOUZA, M.L. e SPOSITO, M.E.B. p.: 53-74. Editora Contexto. São Paulo. 2013.

_____. A tragédia urbana. In.: A cidade como negócio. CARLOS, A.F.A, VOLOCHKO, D. e ALVAREZ, I.P. (orgs.) p 43-64. Editora Contexto. São Paulo. 2015

CASTRO, Iná. Geografia e Política. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2005

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: Um texto para discussão. In.: A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, A.F.A, SOUZA, M.L. e SPOSITO, M.E.B. p.: 41-52. Editora Contexto. 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. (Des)encontros entre a Geografia e o urbano: a contribuição de Henri Lefebvre. In.: Atravessando a Geografia, Marx, Lefebvre e os Situacionistas (volume 1). DAMIANI, A.L. e BAITZ, Ricardo (orgs.). Editora Tiragem Livre. São Paulo. 2017.

- DAY, Richard. De la hegemonia a la afinidad. Enclave de Libros. Buenos Aires. 2016.
- DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Contraponto. São Paulo. 2011.
- GABEIRA, Fernando. Vida alternativa: uma revolução do dia-a-dia. L&PM. Porto Alegre. 1986
- GORDON, Uri. Anarquia Viva! Política Antiautoritária da Prática a Teoria. Editora Subta. Porto Alegre. 2015.
- HAESBAERT, Rogério. Viver no Limite: Território e Multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2014.
- _____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In.: Territórios e Territorialidades. SAQUET, Marcelo et al.(orgs.) p.91-118. Consequência. Rio de Janeiro. 2015
- LÓPEZ, Miguel Martinez. Okupaciones de viviendas y de centro sociales: autogestion, contracultura y conflictos urbanos. Virus. Espanha. 2002.
- PASSETTI, Edson. Governamentalidade e violência. In.: Currículo sem fronteiras, v.11, n.1, p.42-53, janeiro-junho de 2011. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org (acessando em março de 2017).
- _____. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. In.: Revista Ecopolítica, número 5: janeiro-abril, 2013, p. 2-37. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ecopolitica> (acessado em dezembro de 2017).
- PASSETTI, Edson; AUGUSTO, A.; CARNEIRO, B.S.; OLIVEIRA, S.; RODRIGUES, T. Ecopolítica. Hedra. São Paulo. 2019.
- PORTO-GONALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2006.
- PLOWS, Alex. Pratics and Praxis: the what, how and why of the UK environmental direct action movement in the 1990s. Tese de Doutorado defendida na University of Wales. País de Gales. 2002. Disponível em: www.iol.ie (acessado em agosto de 2019).
- TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. A “quinta coluna” da cidade heterônoma: uma reflexão em torno das conquistas e dos limites das práticas espaciais de uma parcela do movimento sem-teto no Rio de Janeiro. In.: Revista Cidades, Volume 9, Número 15, p. 95 - 132. Outras Expressões. São Paulo. 2012.
- NETO, Nécio Turra. Enterrado vivo: Identidade punk e território em londrina. Editora UNESP. SÃO PAULO. 2003.
- RUDY, Cleber. Nas Entranhas da(s) Cidade(s): Resistência à organização capitalista da vida urbana. Mostro dos Mares. Ponta Grossa. 2019.
- SANCHES-PINILLA, Mario, LOPEZ, Miguel A.M., FERNADEZ, Elizabeth Lorenzi. Okupaciones en movimiento: derivas, estratégia y practicas. Tumulto. Espanha. 2010.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2013.

_____. Por uma geografia libertária. Consequência. Rio de Janeiro. 2017

_____. Autogestão, “autoplanejamento”, autonomia: Atualidades e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. In.: Revista Cidades, Volume 9, Número 15, p. 59 - 94. Outras Expressões. São Paulo. 2012.

SOBRE O AUTOR

Rodolpho Jordano Netto

Possui graduação em Produção Fonográfica pela Universidade Estácio de Sá (2008). Início na Geografia em 2012, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aonde realizou e desenvolveu trabalhos relacionados a movimentos sociais e suas dinâmicas territoriais no espaço rural e urbano. Ingressou no programa de pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, aonde vem desenvolvendo pesquisas nas áreas de Geografia Urbana, Geografia Social e Política, se debruçando nas análises acerca da repressão policial as manifestações de rua e as dinâmicas socioespaciais dos novíssimos movimentos sociais.

Recebido em agosto de 2021

Aceito para publicação em novembro de 2021

Publicado em dezembro de 2021